MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 16/94

de 7 de Janeiro

A plena entrada em vigor da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 89/88, de 5 de Agosto, e 22/91, de 19 de Junho, decorreu da publicação dos diplomas de desenvolvimento previstos na Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto.

Deste modo, passou para a competência do Ministro da Defesa Nacional a definição do número de turnos de incorporação a realizar anualmente, bem como a fixação dos quantitativos de pessoal dos contingentes anuais a incorporar nos ramos das Forças Armadas.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º O número de turnos de incorporação, a que se refere o n.º 1 do artigo 53.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), para 1994, é o seguinte:

Marinha:	Turnos
Oficiais (CFO/SEN)	5
Praças (CFP/SEN)	5

Exército:

Oficiais (CEFO/SEN; CFO/SEN)	4
Sargentos (CFS/SEN)	4
Praças:	
(CFP/SEN — Grupo A)	8
(CFP/SEN — Grupo B)	4

Operações especiais (CFO-CFS — SFP/SEN)	1
Aertransportados (CFO-CFS — CFP/SEN)	4

Força Aérea:

Oficiais (CFO/SEN)	8
Praças (CFP/SEN)	8

2.º Os quantitativos de pessoal do contingente a incorporar nos ramos das Forças Armadas, a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do RLSM, para 1994, são os constantes do quadro abaixo:

Categoria	Ramo			Total
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Oficiais	85	1 285	156	1 526
Sargentos	—	751	—	751
Praças	5 885	44 409	3 500	53 794
<i>Total</i> ...	5 970	46 445	3 656	56 071

3.º As propostas, devidamente fundamentadas, relativas ao ano de 1995, serão remetidas ao Ministério da Defesa Nacional até 28 de Fevereiro de 1994.

Ministério da Defesa Nacional.

Assinada em 16 de Dezembro de 1993.

O Ministro da Defesa Nacional, *Joaquim Fernando Nogueira*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 17/94

de 7 de Janeiro

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 102/91, de 8 de Março, o montante das taxas de segurança e a distribuição das respectivas receitas são anualmente estabelecidos em portaria.

Porque se não verificam razões que determinam a revisão do disposto na Portaria n.º 1172/92, de 22 de Dezembro, que fixou as regras para o ano de 1993:

Manda o Governo, pelos Ministros da Administração Interna, das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 102/91, de 8 de Março, que as disposições constantes da Portaria n.º 1172/92, de 22 de Dezembro, vigorem para o ano de 1994.

Ministérios da Administração Interna, das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 6 de Dezembro de 1993.

Pelo Ministro da Administração Interna, *Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro*, Secretário de Estado da Administração Interna. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Jorge Manuel Mendes Antas*, Secretário de Estado dos Transportes.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 18/94

de 7 de Janeiro

Pela Portaria n.º 713/92, de 11 de Julho, foi concessionada até 31 de Maio de 2002, ao Clube de Caçadores e Pescadores de Montargil, registado no Instituto Florestal com o n.º 3.444.89, com sede na Rua das Amoreiras, Montargil, a zona de caça associativa da Herdade do Beirão e outras (processo n.º 295 — IF).

Posteriormente foi publicada a Portaria n.º 736-A/93, de 11 de Julho, que rectificou o diploma de concessão de zona de caça, dela excluindo o prédio rústico denominado «São Martinho de Baixo», do município de Ponte de Sor.

Todavia, este último diploma enferma de erro no que respeita à área que excluiu, pelo que se torna necessário proceder de novo à sua correcção.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, que seja corrigida a área submetida a regime cinegético especial constante da Portaria n.º 736-A/93, de 13 de Agosto, passando a corresponder à área delimitada na planta anexa ao presente diploma, que dele faz parte integrante e que é de 1856,2125 ha.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 21 de Dezembro de 1993.

Pelo Ministro da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.